

OPINIÃO • TENDÊNCIAS DEBATES ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/OPINIAO/TENDENCIASDEBATES](https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/tendenciasdebates))

Jaime Nadal: Direitos reprodutivos e sexuais, um elefante na sala

Mulheres têm direito a decisões bem informadas



Entidades em defesa do parto humanizado e dos direitos reprodutivos das mulheres promoveram marcha no Rio de Janeiro, em 2012 - Tânia Rêgo - 6.ago.12/Agência Brasil

24.jun.2018 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2018/06/24/>)

Acontecimentos que estiveram entre as manchetes dos jornais brasileiros reacenderam a importância do debate sobre direitos reprodutivos. Em meio a discursos polarizados, volta ao foco uma proposta, indicada por certos grupos, de que o Estado promova a esterilização de camadas mais pobres

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e->

[crime.shtml](#)) da população --uma prática que ignora o direito sobre decidir ter ou não ter filhos.

Os direitos sexuais e reprodutivos, base para o desenvolvimento e a autonomia da sociedade e dos quais apenas se fala, há décadas são o elefante na sala.

O direito dos pais de decidir livremente sobre a vida reprodutiva foi anunciado pela primeira vez na Conferência de Direitos Humanos em Teerã. Realizada em 13 de maio de 1968, é um marco no planejamento familiar como um direito. Três décadas depois, os direitos reprodutivos foram estabelecidos formalmente e reconhecidos como direitos humanos —em 1994, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo.

Os direitos sexuais e reprodutivos estão incluídos em outros acordos internacionais assinados pelo Brasil. No Consenso de Montevideu, são citados como essenciais para se alcançar a justiça social e os compromissos nacionais, regionais e globais com os pilares do desenvolvimento sustentável.

Nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, são considerados no ODS 3, sobre saúde, e no ODS 5, sobre igualdade de gênero, reconhecendo, assim, a correlação entre a igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres e o acesso a informações, insumos e serviços de saúde de qualidade.

Mas ainda há um abismo entre garantir tais direitos em acordos e o real exercício destes. Em maio, um estudo publicado pelo instituto Guttmacher no periódico *The Lancet* mostrou que as mulheres são as principais vítimas de violações dos direitos sexuais e reprodutivos em todo o mundo. E, em uma lógica de que as desigualdades se alimentam e se reforçam, as pessoas mais prejudicadas são as mulheres nas camadas mais pobres da sociedade.

Entre os dados compilados pelo estudo está o de que, hoje, cerca de 200 milhões de mulheres em países pobres ou em desenvolvimento não têm acesso a métodos contraceptivos. Em números absolutos, esse contingente

equivale a quase a população total do Brasil.

O resultado, segundo o levantamento, é que 44% de todas as gravidezes no mundo não são intencionais. Ao não terem acesso a métodos, a informações e a serviços, essas milhões de mulheres têm comprometidas suas perspectivas de vida e de um futuro melhor.

Nesse espírito, o Fundo de População das Nações Unidas no Brasil, em iniciativa conjunta com empresas privadas, entidades filantrópicas e sociedade civil, lançou em abril a campanha Ela Decide Seu Presente e Seu Futuro. O foco é o empoderamento de jovens e mulheres para que tomem decisões informadas e autônomas sobre sua sexualidade e sua vida reprodutiva. E que consigam encontrar um ambiente favorável e que apoie essas escolhas.

Para que todas as pessoas sejam, de fato, livres e iguais, são fundamentais investimentos em ações integradas de saúde sexual e reprodutiva. É urgente que mulheres tenham garantido o direito de tomar decisões bem informadas sobre seu presente e seu futuro. É preciso falar sobre isso.